

# **PRODUÇÃO FAMILIAR: VELHAS E NOVAS QUESTÕES**

**Lauro Mattei**

## **1 – INTRODUÇÃO**

O debate acadêmico sobre a produção familiar está longe de seu final e, por isso mesmo, cada vez torna-se mais atraente.

Para um determinado grupo de autores, o sistema familiar é o núcleo dinâmico do processo produtivo brasileiro, necessitando de apoio, portanto, por parte das políticas públicas. Neste caso, é a agricultura familiar quem deverá ocupar lugar destacado nos rumos do desenvolvimento rural e do próprio desenvolvimento do país, tanto em termos da promoção do uso equilibrado dos recursos naturais como em termos da produção alimentar.

Para outros autores, a agricultura familiar, apesar de manter certa relevância, perde dinamismo quando confrontada com os dados do conjunto das atividades produtivas do sistema agroalimentar. Isto porque, decorrente das transformações estruturais do sistema capitalista que causaram impactos sobre a agricultura, houve um desmonte das unidades produtivas familiares fazendo com que os aspectos analíticos mais importantes – dinâmica do trabalho e geração de renda – ultrapassassem os limites restritos das unidades de produção.

De um modo geral, essa polêmica advém desde os autores clássicos do capitalismo agrário e perpassa todas as formulações teóricas sobre o tema da produção familiar no século XX. Em grande medida, pode-se dizer que esse debate está pautado por três teorias: a Marxista (e sua derivada Leninista), a Kautskyana e a Chayanoviana.

O objetivo deste trabalho é dialogar com o primeiro grupo de autores, tentando aprofundar o horizonte teórico do debate sobre a produção familiar. Neste sentido, além dessa seção introdutória, constam deste estudo mais três seções.

Na segunda seção resgatamos os principais aspectos do debate teórico sobre a persistência da produção familiar, destacando as questões mais recentes que procuram estabelecer novos parâmetros para a discussão deste tema.

Na terceira seção apresentamos os principais aspectos conceituais relacionados ao tema da agricultura familiar, procurando demonstrar as principais

restrições que este conceito assume ao tentar representar universalmente o sistema da produção familiar.

Na quarta e última seção elaboramos as principais conclusões do trabalho.

## **2 – O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR**

Usando o conceito de classe marxista e tentando adaptá-lo ao contexto da moderna agricultura capitalista, FRIEDLAND & PUGLIESE (1991) oferecem uma explicação teórica para a persistência da produção familiar. Inicialmente eles reconhecem a dificuldade de se lidar com a categoria que se localiza entre a burguesia de base agrícola e o proletariado, uma vez que nem os produtores familiares e nem os camponeses constituem uma classe social, mas proporcionam as estruturas básicas para essa classe, tendo em vista que internamente eles são altamente diferenciáveis.

Partindo do fato de que, para algumas correntes, ainda persistem formas não-capitalistas na agricultura, os autores entendem que é necessário responder a uma questão básica: o que explica a persistência da produção familiar? A resposta para essa pergunta não é simples devido ao duplo caráter desse segmento: algumas vezes ele pode trabalhar por conta própria e em outras ele pode ser assalariado. A razão da persistência é que os vários segmentos que constituem a produção familiar em uma determinada sociedade têm diferentes papéis econômicos e sociais. Além disso, é necessário considerar junto com as condições econômicas e sociais os processos políticos e as políticas do mercado de trabalho, uma vez que o processo de expansão e reprodução do capital requer também uma expansão da classe trabalhadora. Neste sentido, os autores reafirmam o processo de diferenciação social ainda existente na agricultura depois de mais de um século de desenvolvimento do capitalismo, o qual aprofunda o caráter capitalista entre os agricultores fazendo com que uma pequena parte destes ascendam socialmente, ao mesmo tempo em que a grande maioria das famílias agrícolas permaneçam marginalizadas das esferas de produção e de consumo.

Deste modo, torna-se complicado nas análises de classe na agricultura considerar a família enquanto uma entidade demográfica. No passado, a persistência de formas não-capitalistas na agricultura significava a persistência da produção agrícola familiar. Atualmente, o processo de decomposição de classes afeta diretamente as famílias que trabalham na agricultura, aumentando as dificuldades

para definir a condição de classe, tanto em termos das unidades familiares quanto em termos dos membros individuais. Neste caso, há diferenças importantes entre aquelas unidades familiares que persistem porque são viáveis, aquelas que vivem em estado de pobreza por falta de alternativas no mercado de trabalho e aquelas que persistem por razões de qualidade de vida, uma vez que as fontes básicas de renda não provêm mais da agricultura.

Neste sentido, os autores concluem que há uma tendência diferente em relação ao passado, uma vez que naquele período as crises e o empobrecimento conduziam ao desaparecimento das unidades familiares de produção. Hoje, parte dessas unidades persistem em função dos baixos investimento que executam e das rendas não-agrícolas obtidas por parte dos membros familiares.

Este debate também foi enfrentado por outros autores. Dentre eles, destaca-se HARRIET FRIEDMANN, devido a grande polêmica causada pelas suas teses. Partindo do princípio de que o conceito de “modo de produção” tem apresentado uma base analítica limitada, FRIEDMANN argumenta que o conceito central para analisar as relações sociais agrárias deve se situar na “forma de produção”. Esta é concebida através da dupla especificação da unidade de produção e da formação social, referindo-se às unidades mínimas da organização produtiva. Assim, cada forma de produção é caracterizada por relações sociais específicas e também por cadeias técnicas específicas. Com isso, a autora afirma que a análise da persistência ou do desaparecimento de diferentes formas de produção é facilitada pelo conceito de reprodução e de transformação. A reprodução refere-se a renovação de um circuito de produção por outro com elementos técnicos e sociais e com uma quantidade de relações entre ambos. Já a transformação refere-se a recombinação de alguns elementos velhos de produção em novas relações. Esses dois conceitos focalizam os aspectos dinâmicos da organização produtiva e requerem em todos os casos a criação e a distribuição do produto social de tal modo que:

- a) os produtores diretos tenham artigos suficientes para consumir e para participar de um novo round de produção (consumo pessoal);
- b) as ferramentas, os animais, as máquinas e os insumos são mantidos ou substituídos no novo round de produção (consumo produtivo);
- c) no caso de alguém, além dos trabalhadores, organizar a produção, a reprodução também requer a presença destes no meio produtivo (oferta de trabalhadores).

Desta maneira, quando uma forma particular de reprodução é decomposta, isso ocorre porque um número suficiente de bases técnicas e sociais foram destruídas.

A partir daí, FRIEDMANN esclarece as condições para a reprodução capitalista e também para as formas simples de produção de mercadorias. A reprodução capitalista depende da existência do mercado de trabalho e da maneira como os salários são determinados. A condição básica para a reprodução capitalista é a contínua recriação dos compradores da força de trabalho, por um lado, e a existência de vendedores, por outro.

Já na produção simples de mercadorias, o proprietário da empresa e da força de trabalho se combina. Como resultado, há somente uma classe diretamente envolvida na produção. É a família quem compra os meios de produção e os coloca em movimento com o seu trabalho. Neste caso, a condição básica para a existência da produção simples de mercadorias é a continuidade da recriação integral das famílias como unidade produtiva e de consumo pessoal.

Diversas foram as reações críticas a essas propostas, merecendo destaque as que seguem. GOODMAN & REDCLIFT (1985) criticam as teses acima citadas, dizendo que essas formulações tentam conceituar a produção simples de mercadorias como uma categoria teórica e empírica separada. Para eles, FRIEDMANN se distingue dos demais autores marxistas, principalmente, porque seu trabalho diz respeito às economias capitalistas desenvolvidas e também porque ela usa a América do Norte como estudo de caso, local onde não houve uma história de produção camponesa sob condições de escassez de terra.

Para os autores, a afirmação de que a dependência lógica da produção simples de mercadorias, que a torna uma forma e não um modo de produção, não é a incapacidade geral de assegurar suas próprias condições de existência mas sim uma exigência de condições específicas de existência proporcionada exclusivamente pelo modo de produção capitalista, representa uma contradição terminológica nas definições de produção simples de mercadorias, a qual está relacionada a três temas básicos: ao trabalho assalariado; à natureza da produção e às relações de classe.

Como FRIEDMANN parte do pressuposto que a produção simples de mercadorias não possui relação de classe, o trabalho assalariado livre tem uma função meramente auxiliar no processo de trabalho das unidades familiares. Para GOODMAN & REDCLIFT essa correspondência só se sustenta por um determinado período do ciclo demográfico familiar quando há disponibilidade de trabalho. Nos

demais períodos, o trabalho assalariado torna-se uma exigência estrutural para a reprodução das propriedades, o que vem a realçar o tema das relações de classe no âmbito dessa produção.

Partindo de um enfoque distinto dos anteriores, MANN (1978 e 1990) procurou demonstrar algumas das razões para a persistência do trabalho familiar em determinados setores agrícolas das sociedades capitalistas avançadas. Ou seja, a autora buscou explicar porque nestes países os pesquisadores ainda confrontavam-se com o problema da persistência e/ou co-existência da pequena produção familiar ao lado de modos de produção capitalistas dominantes.

A tese básica de MANN - uma marxista-weberiana - é de que existem setores da economia agrária em que há uma baixa identidade entre o tempo de trabalho e o tempo de produção (combinação de períodos em que há aplicação de trabalho com períodos que ficam sob a influência dos processos naturais). Assim, a não-identidade entre esses dois tempos de trabalho provoca efeitos adversos sobre as taxas de lucro, sobre o uso eficiente do capital constante e do capital variável, bem como sobre o funcionamento normal do processo de acumulação e realização do capital.

Segundo a autora, derivam desses fatos os obstáculos à penetração do capitalismo na agricultura, tendo em vista que naquelas esferas de produção caracterizadas por essa baixa identidade observa-se que há uma menor atratividade por parte do capital em larga escala (produção capitalista). A explicação é que o trabalho familiar prevalecerá nos ramos de produção onde o tempo de rotação do capital é muito grande - com geração de taxas de lucro menores.

Essa formulação teórica mereceu diversas críticas. De nossa parte afirmamos que não há estatuto teórico que possa sustentar a explicação para a existência do trabalho familiar a partir da diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de produção. Por um lado, o desenvolvimento tecnológico, principalmente da engenharia genética e da biotecnologia, coloca em xeque o argumento da diferenciação ao controlar e/ou reduzir sistematicamente os efeitos do processo natural de produção. Por outro, a agricultura em tempo parcial permite uma ocupação do agricultor em outras atividades durante os “gaps” do processo produtivo agrícola.

Nos últimos anos surgiram diversas explicações alternativas para a persistência da produção familiar no âmbito do desenvolvimento do capitalismo agrário. Ressalta-se que, em sua maioria, essas “novas” teorias explicativas procuram fugir do dualismo clássico ao apresentar novos elementos analíticos. Dentre estes,

vêm se destacando os temas da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial, conceitos que poderão ser desenvolvidos em outra oportunidade.

Seguindo esta lógica e analisando o caso italiano, SARACENO (1994) apresentou uma nova visão sobre a função “moderna” da produção familiar. Partindo do princípio de que a persistência da produção familiar não necessariamente implica na continuidade de sua função original de subsistência, é necessário compreender esse sistema de produção no âmbito de suas relações com os outros segmentos sociais e econômicos, destacando-se as cadeias produtivas agroalimentares. Neste sentido, o mais importante agora é identificar o seu papel e sua dinâmica, a sua diferenciação em vários contextos espaciais e, principalmente, o seu potencial futuro para as sociedades rurais.

A autora destaca dois fatores decisivos nesta nova fase da produção familiar. Por um lado, as políticas do pós-guerra tiveram um papel determinante ao assegurar condições favoráveis à administração dessas unidades de produção. Isso resultou em uma maior homogeneização da estrutura social dos agricultores, principalmente daqueles de origem camponesa. Por outro lado, o padrão de industrialização difusa permitiu aos agricultores a manutenção de suas propriedades, mesmo que estas tenham o papel apenas de residência. Através da pluriatividade, as unidades familiares aumentaram sua renda monetária global, o que ajudou a estabilizar as unidades de produção e determinou o fim das pressões sobre os agricultores no sentido de vender as suas propriedades e migrar para as cidades.

Porém, o fato das áreas rurais continuarem densamente povoadas não quer dizer que a agricultura continua a ser a mais importante das atividades. Por isso, a autora insiste que há outras questões que estão influenciando na manutenção das famílias nas áreas rurais, questões essas que transcendem aos limites da agricultura.

O que aconteceu é que o processo de industrialização difusa alterou a dinâmica do trabalho no meio rural, ao diversificar o conjunto de atividades ali desenvolvidas. Com isso, observa-se que os níveis de emprego nos setores industrial e de serviços aumentaram bem mais que os do emprego agrícola, o que revela que esse processo de industrialização atraiu um grande número de pessoas antes ocupadas somente na agricultura. Agora é através da pluriatividade que se dinamizam as atividades e se garantem os níveis de ocupações rurais.

Do ponto de vista das famílias, a pluriatividade tem resolvido o problema da insuficiência de renda e é ela que tem dado aos produtores familiares a possibilidade

de continuarem estáveis, enquanto que as propriedades não-pluriativas precisam expandir a área ou incrementar a sua produção para manter e/ou elevar os níveis de renda.

Visando continuar como produtores familiares e tendo rendas suficientes, esses agricultores tornaram-se estruturalmente dependentes da pluriatividade e desse novo contexto rural, caracterizado por uma diversificação local do mercado de trabalho e das atividades econômicas. Por outro lado, no sentido de manter eficientes as atividades especificamente agrícolas, os produtores familiares tornam-se também dependentes das condições econômicas externas propiciadas pela divisão do trabalho e pela integração às cadeias produtivas agroalimentares.

Desta forma, SARACENO concluiu que a lógica tradicional do debate sobre a persistência da produção familiar, assentada na função básica de subsistência e no seu grau de eficiência, deu lugar a uma discussão mais ampla que contempla a integração da produção familiar às cadeias produtivas e às economias locais. Neste caso, o fenômeno da pluriatividade aparece como o elemento decisivo na estabilidade do emprego e da renda das unidades familiares de produção, ao mesmo tempo em que favorece a permanência das famílias nas áreas rurais.

### **3- PRODUÇÃO FAMILIAR X AGRICULTURA FAMILIAR: MUITO ALÉM DA SEMÂNTICA**

Nos últimos períodos consolidou-se, no Brasil, a denominação de “agricultura familiar” para representar o sistema de produção que articula os processos de trabalho de caráter familiar e que possuía várias denominações: agricultura camponesa, agricultura familiar de subsistência, pequena produção, etc.. Esta visão, mesmo procurando apresentar um significado novo, ainda permanece atrelada às idéias da igualdade entre o rural e o agrícola, uma vez que, conceitualmente, circunscreve esse sistema de produção apenas às atividades agrícolas.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. No entanto, assim definida, essa

categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1996).

Outros autores também fizeram referência a essa questão. LAMARCHE (1993) afirma que as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo e que, portanto, a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas que contém nela mesmo toda essa diversidade, uma vez que em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.). Neste sentido, toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classes social no interior desse modelo. Desta maneira, sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis, ou seja, o funcionamento da exploração familiar deve ser compreendido dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças: uma representando o peso do passado e da tradição e, a outra, a atração por um futuro materializado nos projetos que ocorrerão no porvir.

No caso brasileiro, observa-se que as atuais definições de “agricultura familiar” procuram englobar os diferentes sistemas de produção que se multiplicaram a partir da desintegração do campesinato tradicional e que se expressavam em generalidades que vão desde a simples produção de subsistência até a agricultura familiar modernizada e integrada à dinâmica agroindustrial. Na verdade, a presença desse conjunto de agricultores com inserções distintas nos processos produtivos agrícolas está sendo vista como que uma ruptura com o passado, pois possibilitou a emergência de um ‘novo’ agricultor com características que são determinadas pela sua maior ou menor participação nas atividades econômicas e sociais. Foi a partir dessa diversidade que emergiram os conceitos atuais. Vejamos alguns dos principais enfoques.

Partindo do princípio de que a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural trará muitas vantagens para a sociedade brasileira, o projeto FAO/INCRA (1994 e 1996) definiu os elementos centrais da agricultura familiar e elaborou uma tipologia desse sistema de produção para o conjunto dos estabelecimentos agrícolas do país. Nesta nova concepção, foram considerados estabelecimentos familiares aqueles que preenchem, simultaneamente,



as seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor;
- b) não foram realizadas despesas com serviços de empreitada;
- c) sem empregado permanente e com um número médio de empregado temporários menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três;
- d) com uma área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais regiões.

A partir desse critério se chegou a conclusão que, dos 5.801.809 estabelecimentos existentes no Censo Agropecuário de 1985, 4.339.053 eram estabelecimentos familiares. Utilizando-se como parâmetro a Renda Monetária Bruta (RMB), estratificou-se os estabelecimentos familiares e obteve-se a seguinte classificação: 2.168.000 foram considerados periféricos; 1.020.000 foram enquadrados como estabelecimentos em transição; e 1.150.000 foram classificados como consolidados. De posse dessa classificação geral, definiu-se que as políticas governamentais para a agricultura familiar deveriam contemplar o segmento dos estabelecimentos em transição, sendo que para aqueles considerados periféricos seria necessário outros tipos de políticas públicas.

Após este trabalho pioneiro, generalizou-se a construção de tipologias semelhantes em um grande número de estudos sobre agricultura familiar no país, muitos dos quais contendo sérias imprecisões. Não é nosso objetivo tratar aqui desse tipo de problema mas sim discutir a questão de fundo que está implícita nessa nova denominação da produção familiar.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é sobre a Renda Monetária Bruta (RMB), que serviu de base para toda a estratificação da agricultura familiar. A metodologia adotada reforça a afirmação que fizemos no início desse item de que essa “nova” visão não se dissociava do modelo anterior, uma vez que o “agrícola” ainda está sendo considerado como elemento central e único definidor do processo produtivo familiar. Esse aspecto pode ser abstraído do próprio relatório FAO/INCRA: “a renda monetária bruta foi obtida pela diferença entre as receitas e as despesas provenientes das atividades agropecuárias, excluídas as receitas relativas a serviços prestados a terceiros, exploração mineral e outras receitas”(1996: 16).

Em outros termos, significa dizer que essa denominação/tipologia de agricultura familiar diz respeito apenas às atividades agrícolas que estão sendo

desenvolvidas nas unidades familiares de produção, ignorando-se por completo o papel de qualquer outro tipo de atividade que possa gerar ocupação e renda para importantes parcelas de estabelecimentos de caráter familiar, principalmente para aqueles considerados como periféricos.

De certa forma, essa posição se choca com a visão da Escola Francesa, considerada aqui como a responsável pela dotação de estatuto teórico à categoria “agricultura familiar”. Para essa escola, novos grupos sociais formados por administradores, operários, empregados e aposentados aparecem na sociedade rural. Com isso, assiste-se a um redimensionamento da estrutura social local e, conseqüentemente, a um sensível declínio da hegemonia agrícola nas sociedades rurais. Desde então, segundo LAMARCHE (1993), o lugar e o papel da exploração familiar não podem mais ser pensados sob o único ângulo das relações de produção agrícola.

Além disso, a noção de agricultura familiar repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração, ou seja, cultiva-se o ideário da igualdade entre unidade de produção e família. Porém, com as mudanças ocorridas tanto na organização social familiar como nas condições que regem a integração da agricultura à economia global, essa identidade está sendo fortemente questionada. Isto porque as famílias, ao se tornarem cada vez menos agrícolas, perdem sua especificidade, enquanto a agricultura vê sua característica familiar se dissolver, uma vez que ela não atrai mais os filhos dos agricultores, os quais tornam-se operários, empregados, engenheiros, professores, funcionários públicos.

Em síntese, o desenvolvimento de atividades externas à exploração, sob formas e segundo modalidades diversas, diz respeito a uma proporção crescente da população agrícola. Com isso, tanto a identidade entre família e exploração quanto a exploração agrícola como locus exclusivo de atividades dos membros familiares estão em xeque. E é neste cenário que a pluriatividade assume um papel decisivo, ao oferecer um complemento de trabalho e de renda às unidades familiares de produção. Neste caso, o seu caráter é diverso podendo ser apenas uma estratégia de sobrevivência ou manutenção da exploração ou então atuar como um elemento de modernização e de desenvolvimento.

Do ponto de vista financeiro, o mesmo autor mostra que, graças às receitas externas, os sistemas de exploração intensivos detêm um certo poder de compra que não poderiam obter apenas no âmbito das relações de produção agrícola. Enfim, os

agricultores estão conscientes de que a agricultura não ocupa mais o lugar privilegiado que ocupou na sociedade como um todo.

Para pensar a nossa realidade seria importante considerar o que a Escola Francesa está propondo para o segmento familiar. Partindo do pressuposto de que se caminha em direção a uma “nova ruralidade”, onde o recurso à pluriatividade é um meio muito eficaz nessa transição, busca-se a afirmação de uma nova identidade social rural em que as atividades exclusivamente agrícolas não são mais o elemento central.

O segundo aspecto diz respeito ao público alvo preferencial das políticas setoriais. É amplamente reconhecido que a tipologia do estudo FAO/INCRA serviu de base para a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Neste programa, adotou-se como beneficiários apenas os agricultores classificados na categoria “em transição”, segmento que, embora não consolidado, apresenta um potencial de viabilidade econômica muito grande. Quanto à categoria dos periféricos, ela não foi enquadrada nos requisitos do programa, ficando a espera de outras ações específicas de políticas públicas.

Na verdade, esse novo programa governamental foi concebido para uma parcela de agricultores que supostamente estão mais qualificados para se tornar os “verdadeiros agricultores”, ou seja, aqueles que conseguem ocupar a mão-de-obra familiar e gerar rendas exclusivamente a partir das atividades agrícolas, excluindo-se aqueles segmentos que, por algum motivo, acabam se envolvendo com atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda.

De certo modo, essa opção do PRONAF baseada na tipologia do Projeto FAO/INCRA é um retorno à visão europeia do anos 60 sobre os agricultores que exerciam atividades extra-agrícolas. Naquela época e contexto, a pluriatividade era vista como uma atividade essencialmente negativa, sendo que os agricultores que a praticassem estavam excluídos dos benefícios concedidos pela Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Europeia. Somente a partir das reformas da PAC no final dos anos 70 e início dos anos 80 é que essa visão foi alterada e se passou a dar o mesmo tratamento ao conjunto dos agricultores, independentemente de eles serem pluriativos ou não.

No nosso caso, segundo CARNEIRO (1997) a incapacidade da unidade familiar de se sustentar exclusivamente das atividades agrícolas é vista como evidência de impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar as demandas e a

própria lógica do mercado e de incorporar as inovações tecnológicas. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma categoria social periférica, acaba por reforçar e cristalizar a marginalização desse grande contingente da população rural que terá a sua sobrevivência dependente das políticas sociais sem que lhe seja atribuída a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, aprofundando ainda mais o abismo entre as camadas sociais do campo.

Além disso, ao se padronizar o “verdadeiro agricultor” como aquele que consegue obter sua renda exclusivamente das atividades agrícolas implica na exclusão de qualquer possibilidade de se combinar atividades agrícolas e extra-agrícolas como forma de geração de emprego e de renda, elementos fundamentais nas circunstâncias atuais para se manter as pessoas no meio rural e elevar seus níveis de vida.

Neste sentido, endossamos aqui a tese da autora acima citada de que é necessário ampliar a noção de produtor de maneira a incorporar também aqueles segmentos que combinam as atividades agrícolas com outros tipos de atividades. Isto implica considerar a pluriatividade como uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as unidades produtivas que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente nas atividades agrícolas.

Por isso, nossa tese caminha no sentido oposto àquele apresentado pela definição de agricultura familiar, pois pretende demonstrar que os espaços da produção familiar não se circunscrevem mais aos limites específicos do setor agrícola. Para tanto, é fundamental compreender que as mudanças em curso no meio rural colocam novos elementos que impedem a generalização do conceito de “agricultura familiar” enquanto o único setor responsável pelas ocupações rurais e pela geração da renda.

Hoje, já estão ocorrendo novas formas de utilização do espaço rural que levam a uma desarticulação dos laços tradicionais da agricultura enquanto atividade econômica soberana no mundo rural, emergindo formas diversificadas de produção que incluem desde a produção agrícola até um conjunto de atividades relacionadas aos serviços, ao lazer e à proteção ambiental. Na verdade, esse fato representa a perda do monopólio da agricultura enquanto atividade econômica, surgindo no meio rural um conjunto de atividades que passam também a ter valor de troca e que até pouco tempo atrás tinham somente valor de uso. Este processo provoca uma enorme diferenciação das oportunidades, principalmente em relação ao mercado de trabalho e

à geração de rendas.

Neste sentido, o rural transcende as fronteiras do agrícola e impõe-se a necessidade de um novo tipo de análise que possa contemplar todas as dimensões dessa “nova” forma de produção. Em função disso, as análises agora precisam dar conta de um conjunto de novas atividades, normalmente associadas aos novos padrões de consumo das sociedades, os quais causam impactos diretos sobre o mundo do trabalho rural. Dentre as questões chaves que estão impactando o rural, destacam-se o aumento da demanda por novos produtos (normalmente naturais e de qualidade superior) - o que leva à formação dos nichos de mercados -; a incorporação da variável ambiental na agenda de trabalho; e uma remodelação da forma de inserção das economias locais no contexto econômico regional e nacional.

Por outro lado, uma série de recursos rurais (edificações, paisagem natural, e outros bens.) passa a ser incorporada às atividades econômicas das propriedades, gerando novas formas de ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento. É neste sentido que o espaço rural não pode mais ser definido somente a partir de suas relações produtivas assentadas exclusivamente nas atividades agrícolas mas ter em conta a multiplicidade de atividades econômicas que são desenvolvidas e que integram a produção familiar ao seio da economia local e regional.

Nessa abordagem, rompem-se as fronteiras da teoria tradicional que concebia o rural apenas como um espaço de produção agrícola. Nesta nova concepção, o rural deixa de ser identificado setorialmente (agrícola), tendo o urbano como o seu oposto, e assume uma característica mais ampla que é determinada pelo conjunto das relações econômicas e sociais. Neste caso, sugere-se que as dimensões contemporâneas do desenvolvimento rural sejam analisadas através da diversificação do ambiente produtivo e das novas formas de inserção da economia rural nas economias locais e regionais.

Segundo SARACENO (1994), neste novo cenário, as áreas rurais aumentam sua competitividade no âmbito econômico. Dentre as principais razões para que isso ocorra, destacam-se a crescente segmentação da demanda por certos produtos no mercado mundial (grupo de produtos padronizados e com demanda estável e grupo de produtos segmentados e com demanda variável); a maior cooperação entre as empresas conduzindo à formação de redes que operam nas economias locais; as novas oportunidades geradas a partir da melhoria da rede de infra-estrutura, principalmente de transportes e de comunicações; a atratividade das áreas rurais para determinados

segmentos da população que não encontram mais oportunidade de trabalho no meio urbano; etc.. Com isso, diminui a tradicional separação do trabalho entre urbano e agrícola, uma vez que a população rural deixa de se ocupar exclusivamente em atividades agrícolas.

Estas são, na visão da autora, as principais razões para que as tendências e escolhas que afetam as áreas rurais não sejam estudados de forma isolada daquilo que está ocorrendo nas áreas não-rurais, uma vez que a realocação espacial das atividades está relacionada ao contexto econômico geral. Neste caso, uma perspectiva analítica exclusivamente agrícola não seria suficiente para explicar o que está ocorrendo nas áreas rurais.

No Brasil, diversos autores vêm dando ênfase a necessidade de um redimensionamento das análises do espaço rural, visando apreender o conjunto das transformações. Para MULLER (1995), o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrícolas e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Já GRAZIANO DA SILVA (1996 e 1997), ao discutir a evolução atual da agricultura brasileira, concluiu que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Por um lado, observa-se que a produção agrícola não fornece a maior parte da renda familiar. Os dados das PNADs da década de 90 revelam que a PEA rural cresceu enquanto a PEA agrícola diminuiu. A explicação para esse contraste está no vigoroso crescimento verificado da população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas residente no meio rural brasileiro, cujas taxas foram da ordem de 3,5% aa. Em grande parte, isso se deve às “novas funções” e às “novas atividades” que se expandem pelo mundo rural, destacando-se as atividades de lazer (pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de final de semana, etc.), de turismo, de preservação ambiental, de produção artesanal, residência e de um conjunto de outras ocupações tipicamente urbanas (motoristas, mecânicos, etc.).

#### **4 – PRINCIPAIS CONCLUSÕES**

Quanto à polêmica sobre a persistência da produção familiar entendemos ser necessário ampliar nosso horizonte analítico para além do dualismo da teoria clássica. Procedendo desta maneira, poderemos observar melhor as novas funções que este sistema de produção vem desempenhando nos últimos períodos, principalmente em função do seu papel que vai muito além da visão histórica tradicional de subsistência básica.

Neste caso, emergem novos temas e novas relações de produção no ambiente sócio-espacial onde a produção familiar se insere, com destaque para a questão da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial, as quais transformam-se no elemento fundamental de ligação entre os dois assuntos tratados neste estudo.

Este fato nos obriga a repensar o próprio conceito de agricultura familiar enquanto atividade exclusiva do mundo rural. Neste espaço surge um conjunto de novas atividades que interagem com o sistema de produção familiar, colocando a economia rural em um novo patamar nas suas relações com as economias locais e regionais.

É neste sentido que entendemos que os espaços da produção familiar vão além dos limites do mundo agrícola, tendo em vista que a própria exploração agrícola enquanto locus exclusivo das ocupações produtivas do conjunto dos membros familiares está em xeque.

Essa nova dimensão da dinâmica econômica e social rural - que rompe com a associação do rural ao agrícola - é dada por uma série de fatores. Dentre estes, podemos destacar a emergência da pluriatividade; a busca de novas oportunidades de trabalho e de lazer no meio rural devido aos problemas enfrentados pelos grandes centros urbanos; a emergência de um conjunto de novas atividades até pouco tempo sem importância como atividades econômicas (pesque-pague, turismo rural, etc.); a emergência de atividades denominadas genericamente de “fundos de quintal” que processam e comercializam produtos de origem agropecuária e/ou finalizam partes de outros produtos, como é o caso das indústrias de confecções e de malharias; etc.. São precisamente estas características que fazem o “rural” ser bem mais amplo que o “agrícola”, muito embora, na maioria dos casos, ainda predomine as atividades agrícolas, tanto em termos de produção como em termos de geração de

renda e de emprego.

É exatamente nesta direção que julgamos ser necessário ampliar o conceito de agricultura familiar para além da fronteira agrícola ‘estrito censo’. Neste caso, entendemos como mais correto o uso da denominação “Produção Familiar” para designar o segmento social de produtores de caráter familiar que já não alocam mais sua força de trabalho e definem suas estratégias de reprodução única e exclusivamente a partir das atividades agrícolas, mas sim a partir da combinação de uma série de atividades econômicas. Essa combinação está sendo facilitada pelo fim da dicotomia tradicional entre as atividades de característica especificamente urbanas e rurais - o que possibilita a ocupação produtiva dos trabalhadores rurais sem que ocorram as migrações -; pela novas formas de ocupação do espaço rural; pelo desenvolvimento de uma série de atividades de lazer e de serviços e pela implementação de uma rede de infra-estrutura básica nas áreas rurais que possibilita a instalação de novas empresas no meio rural não necessariamente vinculadas às atividades agrícolas.

### **Referências Bibliográficas**

- CARNEIRO, M. J. (1997). Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília - DF: SOBER.
- FAO/INCRA (1994). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: projeto UTF/BRA/036, p.1-24.
- FAO/INCRA (1996). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: projeto UTF/BRA/036, p.1-24.
- FRIEDLAND, W. (1991). Shaping the new political economy of advanced capitalist agriculture. In: FRIEDLAND, W. et alii. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview Press.
- FRIEDMANN, H. (1978). World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, v.20.n4, p.545-585.
- FRIEDMANN, H. (1980). Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. **Journal of Peasant Studies**, v.7(2), p.158-184.



- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. (1985). Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. **Sociologia Ruralis**, v.XXV, n.3/4.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1997). O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v.7, n.1, p.43-81.
- LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- MANN, S.A. (1978). obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, n.5, p.467-481.
- MANN, S.A. (1990). **Agrarian capitalism in theory and practice**. Chajul Hill & London, The University of North Caroline Press.
- MÜLLER, G. (1995). Brasil agrário: heranças e tendências. In: **Brasil em Artigos**. São Paulo: FSEADE, p.223-247.
- SARACENO, E. (1994). The modern functions of small farm system: an italian experience. **Sociologia Ruralis**, v.34, n.4, p.308-328.
- WANDERLEY, M.N.B. (1996). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú (MG).